

REPÚBLICA E MONARQUIA NOS ESCRITOS DE JUVENTUDE DE EUCLIDES DA CUNHA

REPUBLIC AND MONARCHY IN THE YOUTH WRITINGS OF EUCLIDES DA CUNHA

RUBENS ARANTES CORRÊA¹

RESUMO

O trabalho tem por objetivo retratar criticamente os primeiros escritos jornalísticos de Euclides da Cunha. Para tanto, mira-se na série “Atos e Palavras”, publicada pelo jornal *A Província de São Paulo*, entre 10 e 24 de janeiro de 1889, como representativa das ideias, do estilo e da linguagem que marcaram toda a trajetória intelectual de Euclides da Cunha. À época, o futuro autor de *Os Sertões* havia acabado de chegar a São Paulo após o episódio da baioneta, que custara sua expulsão da Escola Militar, e a convite de Júlio Mesquita, então redator daquele periódico republicano paulista, passou a publicar artigos políticos sob o pseudônimo Proudhon, em alusão ao filósofo francês. Nesta série já é possível perceber o estilo euclidiano de escrita pautado pela linguagem dramática, marca de toda sua obra, pelo recurso à vasta gama de referências históricas e filosófico-científicas, demonstração de seu amplo domínio de diferentes campos do conhecimento, e pelo ardoroso combate em favor dos ideais republicanos, plataforma política de toda uma geração de intelectuais brasileiros, a que Euclides da Cunha pertencia. O percurso documental-metodológico do trabalho lida não só com os textos originais de Euclides publicados na imprensa, mas também com estudos que abordam a fortuna crítica euclidiana, a exemplo dos trabalhos de Walnice Nogueira Galvão (2009), Olímpio de Sousa Andrade (1960) e Roberto Ventura (2003).

Palavras-chave: Euclides da Cunha. República. Escritos jornalísticos.

ABSTRACT

The work aims to critically portray the first journalistic writings of Euclides da Cunha. To this end, we look at the series “Acts and Words”, published by the newspaper *A Província de São Paulo*, between January 10 and 24, 1889, as representative of the ideas, style and language that marked the entire intellectual trajectory of Euclides da Cunha. At the time, the future author of *Os*

¹ Professor do Instituto Federal de São Paulo – campus Birigui. Pós-doutorado em História pela UNESP Assis. e-mail do autor: rubens.arantes65@gmail.com

Sertões had just arrived in São Paulo after the bayonet episode, which had cost him expulsion from the Military School, and at the invitation of Júlio Mesquita, then editor of that São Paulo republican periodical, he began to publish political articles under the pseudonym Proudhon, in allusion to the French philosopher. In this series it is already possible to perceive the Euclidean style of writing guided by dramatic language, a hallmark of all his work, by the use of a wide range of historical and philosophical-scientific references, demonstration of his broad mastery of different fields of knowledge, and by the ardent combat in favor of republican ideals, the political platform of an entire generation of Brazilian intellectuals, to which Euclides da Cunha belonged. The documentary-methodological path of the work deals not only with Euclides' original texts published in the press, but also with studies that address Euclidean critical fortune, such as the works of Walnice Nogueira Galvão (2009), Olímpio de Sousa Andrade (1960) and Roberto Ventura (2003).

Keywords: Euclides da Cunha. Republic. Journalistic writings.

INTRODUÇÃO

Entre 10 e 24 de janeiro de 1889, Euclides da Cunha publicou uma série jornalística intitulada “Atos e Palavras” em *A Província de São Paulo* - jornal fundado em 1875 pelos republicanos paulistas egressos da Convenção de Itu, de 1873 -, à época dirigido por Francisco Rangel Pestana e Júlio Mesquita, o responsável por convidar Euclides da Cunha para escrever no periódico após o episódio da baioneta, que resultou no afastamento do cadete da Escola Militar.

A série “Atos e Palavras” retrata a defesa do republicanismo, ainda que o autor contasse com pouca idade, apenas 23 anos. Na ocasião, já demonstrava, através de linguagem dramática e combativa, a defesa da causa republicana, além do domínio de amplo conhecimento filosófico e histórico, perceptível pelas constantes citações desde filósofos da Revolução Francesa até Proudhon, ativista político francês do século XIX e inspirador do pseudônimo na série jornalística.

A série é precedida por três artigos publicados ainda em 1888, em que o futuro autor de *Os Sertões* já deixava clara a sua verve combativa. Nascia, então, a relação profícua de Euclides da Cunha com o jornal paulista, em cujas páginas, anos mais tarde, e já sob o nome de *O Estado de S. Paulo*, viria ensejar o embrião de obra monumento da literatura brasileira por meio dos artigos

escritos como correspondente do conflito de Canudos (1896-1897).

Walnice Nogueira Galvão (2009, p. 178-187), ao analisar a trajetória jornalística de Euclides da Cunha, afirma que o “bicho da imprensa” havia mordido-o desde muito cedo, podendo mesmo dizer-se de uma certa precocidade jornalística, comportamento comum ao dos escritores da época, pois a imprensa constituía-se no principal suporte de atuação intelectual daquele momento histórico, tendo em vista a precariedade da vida letrada no Brasil da segunda metade do século XIX. Diante da existência de poucas instituições acadêmicas e de expressivos índices de analfabetismo, que comprometiam o consumo de livros, restava aos intelectuais a imprensa como veículo principal de divulgação de obras, autores, doutrinas filosóficas e exposição de ideias.

A iniciação jornalística de Euclides da Cunha, ainda segundo Galvão (2009, p. 183), deu-se quando de seus tempos de estudante no Colégio Aquino, entre 1883 e 1884, momento em que havia tomado parte do jornal *Democrata*. Em seguida, já na condição de aluno da Escola Militar, passou a integrar a *Revista Família Acadêmica*, entre 1886 e 1888. Logo após, iniciou sua colaboração em *A Província de São Paulo*, ainda que num primeiro momento não de forma permanente, posto que reassumiu no contexto da Guerra de Canudos, quando o jornal havia mudado de nome para *O Estado de S. Paulo*.

Nada dessa produção jornalística foi, conforme Galvão (2009), recolhida em livro pelo autor, dando a entender que Euclides da Cunha veio a renegar seus escritos de juventude:

[...] Euclides, a exemplo dos outros escritores [...] exercia o jornalismo com muita naturalidade, sendo para ele a imprensa um canal de expressão de que se utilizava sem maiores problemas. Mas é bom atentar que não passava daí. Relegaria ao ineditismo a maior parte de sua colaboração jornalística. Apenas tratou de abrigar em livro os artigos mais cuidados e de maior peso, que iriam para as páginas de *Contrastes e confrontos* e de *À margem da história*. [...]. Todo o restante permaneceria relegado por ele mesmo [...] (GALVÃO, 2009, p. 183-184).

Roberto Ventura (2003, p. 43-45), por sua vez, historicizando os primeiros anos de Euclides da Cunha como jornalista, destaca seu artigo “Em viagem”, publicado em *O Democrata*, em 4 de abril de 1884, no qual já demonstrava seu “interesse pela natureza”, tema que frequentará sua obra. O texto foi produzido

com uma linguagem romântica e revela um escritor que, mesmo em fase de formação, já manifestava sua argúcia para perceber a paisagem e os efeitos perversos do progresso e suas máquinas sobre a natureza:

Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizado; mas clamarei sempre e sempre: - o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! [...] Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!" (CUNHA, 1884 [?], [s.i.d.p.] *apud* VENTURA, 2003, p. 45).

O mesmo *O Democrata*, conforme Ventura (2003, p. 45), publicou alguns dos primeiros poemas escritos por Euclides da Cunha e reunidos sob o título *Ondas*, somente dados a conhecer, integralmente, após a sua morte. Sobre os poemas, chamam atenção os sonetos de fundo histórico, nos quais o autor revelava seu conhecimento sobre literatura romântica e história francesa, especialmente em passagens dedicadas aos revolucionários jacobinos, como Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just, além de referências ao poeta Victor Hugo e ao historiador Jules Michelet.

Dessa forma, diz Ventura (2003, p. 47-48), os “ideais românticos e revolucionários” manifestados em sua precoce atividade literária e jornalística acompanharam Euclides da Cunha por toda a sua vida, não só em termos intelectuais como, também, pessoais, exteriorizados em episódios como a insubordinação diante do Ministro da Guerra do Império, em 1888, que custou o seu desligamento do Exército, ou em sua missão diplomático-exploratória junto ao rio Purus, em 1905, episódios em que emerge a figura do protagonista em seu papel de herói, tal como as narrativas românticas e revolucionárias que o próprio Euclides da Cunha consumia e se inspirava.

No entanto, coube a Olímpio de Souza Andrade (1960, p. 37-50), em sua *História e Interpretação de “Os Sertões”*, apresentar maior expansão sobre os textos jornalísticos de juventude de Euclides da Cunha, em particular aqueles publicados por *A Província de São Paulo*. O autor rio-pardense considera que Euclides da Cunha havia sido bem recebido pelos redatores do jornal paulista, pois seu gesto “heróico” de insubordinação vinha ao encontro do repertório antimonárquico daquele diário de São Paulo. Por outro lado, a oportunidade de

publicar artigos para um público mais amplo representava a possibilidade de projetar-se em uma nova carreira.

Andrade (1960, p. 37-43) afirma, ainda, que o encontro entre Euclides da Cunha e *A Província* significou, ao mesmo tempo, a possibilidade da “expressão de suas ideias – já então mais contundentes” e a oportunidade de “*revanche*” em relação aos acontecimentos que culminaram com sua expulsão da Escola Militar. Tratando-se de uma série jornalística de “escritos políticos corajosos” voltou-se, então, para assuntos do cotidiano político daquele fim de século, produzido em linguagem composta ora de frases “confusas e trôpegas”, ora “fortes e claras”:

Era, então, um agitador, um demolidor, voltado, principalmente, para as consequências imediatas da abolição, girando com tal apego em torno dos princípios e das ideias gerais, que nem sequer deixou perceber o nativista que havia nele, muito mais tarde explícito em vários trechos sobre a imigração, os quais, entretanto, a tempo, passaria a corrigir (ANDRADE, 1960, p. 38).

Tendo em vista o preambulo introdutório oferecido pela revisão bibliográfica, passa-se, em seguida, a contextualizar e analisar criticamente a produção jornalística de Euclides da Cunha para o jornal *A Província de São Paulo*, primeiramente, focando seus textos de estreia, publicados em dezembro de 1888, e, posteriormente, há de se concentrar na série “Atos e Palavras”, série em sete artigos publicados em janeiro de 1889, objeto central deste trabalho.

1. A ESTREIA: A PÁTRIA, A DINASTIA E OS REVOLUCIONÁRIOS

Em 22 de dezembro de 1888, um sábado, Euclides da Cunha estreou no jornal *A Província de São Paulo* com o artigo “A Pátria e a Dinastia”, assinando-o com as iniciais E. C. Desligado do exército havia pouco tempo, por conta dos acontecimentos nos quais se envolvera quando da visita do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, à Escola Militar da Praia Vermelha, Euclides encontrava-se em São Paulo.

O jornal *A Província de São Paulo* repercutiu o episódio da baioneta em duas oportunidades (nas edições de 6 e 7 de novembro de 1888), em noticiário intitulado “Trovoada ...Militar”. Por meio dele, tornou-se conhecida a informação que os estudantes da Escola Militar haviam sido impedidos pelo comandante de

irem ao encontro de Lopes Trovão, liderança republicana, quando ele aportasse no Rio de Janeiro, de regresso de sua estadia na Europa. Em resposta, os estudantes, em ato de contrariedade e rebeldia, não só se negaram a fazer continência ao ministro da guerra, como deixaram, propositalmente, as armas caírem no chão. Um outro cadete – o jornal não o cita nominalmente – foi além:

Um deles, mais exaltado, quebrou a baioneta e atirou com ela para o lado do ministro, que teve de desviar-se para não receber nas pernas o choque da arma partida. Este foi recolhido à enfermaria, porque o ministro desconfiou que ele estava louco. Os outros, os que apenas deixaram cair as armas, incorreram na pena de indisciplina e, por isso, continuam impedidos (Trovoada [...], 1888a, p. 1).

Tratava-se de Euclides da Cunha, que, em consequência desse ato de indisciplina, permaneceu detido na Fortaleza de Santa Cruz por algum tempo, onde foi submetido a exames médicos que o diagnosticaram como “doente dos nervos”, e, em seguida, exonerado do Exército. Terminava, dessa maneira, mais um episódio envolvendo militares e monarquia iniciados em 1884 e que acompanharia a história política do Brasil até pelo menos os primeiros anos da República, longa jornada protagonizada pelo Exército e marcada por insubordinações, derrubada da Monarquia em 15 de novembro de 1889, guerra de Canudos (1896-1897) e revoltas do período florianista (1891-1894).

A convite de Júlio Mesquita, recém alçado a gerente redator de *A Província de São Paulo*, Euclides da Cunha iniciou longa amizade e contribuição jornalística, ainda que em períodos alternados, que culminaria na publicação dos artigos, anos depois, enquanto correspondente de *O Estado de S. Paulo*, que ensejaram a publicação de *Os Sertões* (Ventura, 2003, p. 78). O jornal, fundado em 1875, tinha protagonismo na capital e no interior do estado enquanto veículo da chamada propaganda republicana, porque investia em um repertório combativo pautado pelo antimonarquismo, pela defesa do federalismo e da imigração.

O tema do artigo inaugural de Euclides da Cunha foi a transferência do Marechal Deodoro da Fonseca, determinada pelo governo monárquico, para o sul do Mato Grosso, sob a alegação de supostos conflitos de fronteira envolvendo países vizinhos, algo que, para Euclides, não passava de pretexto

para a monarquia enfraquecer as forças armadas e, ao mesmo tempo, revelava, em sua compreensão, o temor que poderia ocorrer entre o encontro do pensamento e da espada:

[...] temendo, sobretudo, esse consórcio do pensamento com a espada – aliança que coloca esta ao lado do futuro e da liberdade – o governo resolveu antepor à política da Pátria a política imperial. E adotou a norma banal de dispersar para enfraquecer. Dispersa o exército, e tendo-o assim, não podendo destruir-lhe no cérebro a noção digna que começa a ter do futuro – excita-lhe a ambição com a imagem encantadora de futuras glórias. Santa ilusão, porém, em tudo isto!... (CUNHA, 1888a, p. 1).

Euclides da Cunha, no espaço de seu artigo de estreia, apontou para “verdades sociológicas”, “direção positiva da nossa nacionalidade”, “vitalidade da Pátria”, “vontade popular”, “evolução da sociedade”, “programa civilizador”, “política moderna” e “anarquia econômica”. Ademais, acusou a Monarquia de não ser capaz de colocar em prática política compatível com os “destinos da América”. Recorreu, através de citações, a personagens e acontecimentos históricos, marca, aliás, de seus escritos ao longo de sua trajetória. Para o artigo em questão, e a título de exemplo, citou personagens-símbolos da história militar, caso do Conde de Lippe, estrategista português do século XVIII, e Napoleão Bonaparte, cuja espada, segundo suas palavras, “irradiavam as gloriosas tradições do maior povo do mundo”.

Euclides da Cunha retornava, na edição de 29 de dezembro de 1888, com o artigo intitulado “Revolucionários”, inserido na coluna “Questões Sociais”, constante na primeira página de *A Província de São Paulo* (CUNHA, 1888b, p. 1). A linguagem do mais novo articulista do jornal apresentava-se ainda mais radical, como anunciava o primeiro parágrafo de seu texto: “O republicano brasileiro deve ser sobretudo eminentemente revolucionário” (CUNHA, 1888b, p. 1).

No artigo, recorreu, ainda, a terminologias próprias do vocabulário dos intelectuais da época, como “concepções do tempo e do espaço”, “o homem da modernidade é filho do seu tempo”, “homem moderno”, “movimento evolutivo do progresso”, “marchas das sociedades”, “cidadão moderno”, “função mais elevada da ciência”. No rol das referências, citou o estadista alemão Otto von Bismarck, chamado de “egoísta e criminoso”, e Jean-Baptiste du

Val-de-Grâce, conhecido por Anacharsis Cloots, político francês, anticatólico e jacobino, guilhotinado a mando de Robespierre.

A partir da segunda parte do artigo, Euclides da Cunha utilizou episódios e personagens da Revolução Francesa para desenvolver seu argumento em favor da República – entendida por ele, e toda a geração de escritores de seu tempo, como sinônimo de democracia –, destilando sua crítica ao regime monárquico, considerado, dentro de sua visão política, inadequado para os tempos modernos:

[...] descrente da política de seu país, em que a maioria dos estadistas estuda – para saber errar convenientemente; agindo, além disto, num estado, que realiza o deplorável fenômeno histórico de possuir 60 anos de vida política e quase mil de inervação monárquica, porque importando o trono da dinastia de Bragança, adquiriu todo o velho carrancismo das dinastias portuguesas; e por outro lado, impelido pelas tradições de sua terra [...] o revolucionário republicano brasileiro deve ser forçosamente revolucionário (CUNHA, 1888b, p. 2).

Na conclusão do artigo, conclamou os revolucionários republicanos a fazerem valer seus ideais através da propaganda, não como uma expressão qualquer da opinião pública, mas como uma “necessidade social”. Nesse sentido, o combate republicano de Euclides da Cunha ia ao encontro dos propósitos de *A Província de São Paulo*, sobretudo quando insistia na educação do povo pelo ideário republicano:

[...] Assim, não é uma forma de governo que se adota, é um resultado filosófico que se é obrigado a adotar; forma-se um democrata como se faz um geômetra, pela observação e pelo estudo; e, nesta luta acirrada dos partidos, por fim o republicano não vencerá – convencerá; e tendo, enfim, dominado os adversários não os enviará à guilhotina, mandá-los-á para a escola (CUNHA, 1888b, p. 1).

Os ideais franceses, a semântica política empregada pelos revolucionários de 1789 e os eventos e atores marcantes daquele processo histórico foram as referências dos intelectuais brasileiros envolvidos nos embates entre República e Monarquia em fins do século XIX. É o que se depreende do artigo “89”, publicado na edição de 1º de janeiro de 1889, cujo título faz alusão não só à virada de calendário, como também ao primeiro centenário da Revolução Francesa. Euclides assina-o, novamente, com

o pseudônimo Proudhon, referência ao pensador e político francês Pierre-Joseph Proudhon, um dos ideólogos do século XIX e autor de texto provocador intitulado *O que é a propriedade?*, datado de 1840.

Ao retomar os episódios relacionados à Revolução Francesa, para assentar suas ideias e argumentos contrários à Monarquia e favoráveis à República, Euclides da Cunha procurava combiná-los bem ao gosto do pensamento positivista-evolucionista, característico da geração de intelectuais brasileiros de sua época, e ao movimento das “leis naturais”, “invencível” e “indestrutível”, que, segundo ele próprio, ao apontar para o futuro, culminaria nas “agitações da história”, ou seja, “as revoluções – perturbações impressas no movimento tranquilo do progresso” (CUNHA, 1889a, p. 1).

Em seguida, passou a pontuar acontecimentos e personalidades envolvidas com a Revolução Francesa, a exemplo de: Luis XIV, Luis XVI, além de versar sobre o “lirismo revolucionário das Enciclopédias”, a abertura dos “Estados gerais em 5 de Maio”, a tomada da Assembleia Nacional pelo Terceiro Estado em 17 de junho, o juramento dos revolucionários em 20 de junho, para uma nova constituição, a aclamação de Sieyès em 22 de junho, o início da revolução em 14 de julho e a “noite memorável de 4 de agosto”, quando foi decretada a “Carta de Liberdade do Gênero Humano”. E finalizava aludindo ao centenário do evento francês comemorado naquele ano que se iniciava:

Em breve em Paris se apresentará sob a sua forma mais augusta e mais nobre. [...] Proclamará a vitória mais brilhante desses combates ideais do progresso, que se tornam cada vez mais sérios à proporção que cresce a civilização e cada vez menos sangrentos à proporção que tornam-se mais sérios (CUNHA, 1889a, p. 1).

E concluía o artigo referindo-se à Exposição Universal de 1889, cuja sede era Paris, para celebrar o centenário da Revolução Francesa, que, segundo Euclides da Cunha, serviria de comprovação da realização do sonho “deslumbrante daqueles revolucionários heróicos e bons, que o povo de Versailles, via comovido, na noite de 20 de Junho, correndo as suas ruas em procura de uma sala, que não tinham, aonde prestassem o juramento sublime de salvar o mundo” (CUNHA, 1889a, p. 1).

O ideário revolucionário francês de 1789 foi, ao lado da Revolução de

Independência Americana, a principal fonte das utopias republicanas, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 17-33), de onde a propaganda e a militância retiravam referências políticas para projetarem um modelo ideal de República para o Brasil.

Na realidade, a Revolução Francesa e, sobretudo, a Terceira República inspiraram diferentes grupos políticos e intelectuais republicanos brasileiros na conjuntura de crise do regime monárquico:

O modelo da Terceira República, ou melhor, uma variante dele, chegou ao Brasil por intermédio principalmente dessa curiosa raça de pensadores que foram os positivistas, de aquém e de além-mar. A transmissão foi facilitada pela estreita ligação que tinham os positivistas franceses com os políticos da Terceira República [...] Um dos pontos centrais do pensamento político dos positivistas, expresso na divisa 'Ordem e Progresso', era o mesmo de Benjamim Constant, isto é tornar a República um sistema viável de governo [...] (CARVALHO, 1990, p. 20).

Como demonstra Carvalho (1990), não havia, entre os intelectuais brasileiros identificados com as lutas republicanas daquele fim de século, consenso quanto a modelos a serem seguidos, fato que contribuiu, decisivamente, para a emergência dos chamados descontentes da República, logo no princípio do novo regime, comportamento de que Euclides da Cunha não ficou alheio.

2. “ATOS E PALAVRAS”: TEMPOS DE IDEALISMO

Na edição de 10 de janeiro de 1889 (CUNHA, 1889b), uma sexta-feira, com o artigo intitulado “Atos e Palavras”, Euclides da Cunha iniciou a série sob o mesmo título, que se estenderia até 24 do mesmo mês, o que fez um total de sete artigos (10, 11, 12, 16, 18, 23 e 24 de janeiro). Euclides chamava atenção do leitor, logo no início e à título de preâmbulo, de que se tratava de uma série de artigos que se configurariam em estudo das “grandes verdades” dos fatos e sem pretensões de estilo “campanudo e arrebicado”.

Levando-se em conta a advertência inicial, em seu primeiro artigo da série, Euclides da Cunha debruçou-se sobre assunto já bastante frequente na imprensa, porque debatido desde a promulgação da Lei Áurea: a Guarda Negra.

Cunha afirmava que a Guarda Negra, estimulada pela verve de José do Patrocínio, atacava a democracia através de combate grotesco e campanha que visava tão somente o seu “descrédito” junto à opinião pública. Citou Silva Jardim e Quintino Bocaiúva, lideranças republicanas, vítimas das investidas de membros da Guarda Negra, que, em seu juízo, eram capazes de fazer frente às investidas da “navalha dos capangas” e, novamente, fazia alusão aos “republicanos revolucionários brasileiros”.

A questão da Guarda Negra tornara-se, naquele contexto, um tema muito explorado pela imprensa, sobretudo pelos periódicos alinhados com a propaganda republicana, caso da própria *A Província de São Paulo*, que acusava seus membros, líderes e incentivadores, como José do Patrocínio e Conde D’Eu, de serem responsáveis por inúmeros conflitos e tumultos ocorridos em conferências e manifestações dos republicanos na Corte e em outras localidades.

O tema da Guarda Negra foi retomado por Euclides da Cunha na edição de 12 de janeiro de 1889, oportunidade, aliás, em que a diferencia da “raça negra”, em sua essência, pelo fato de que a primeira, conforme sua leitura, “simboliza, na tez denegrida, uma espécie tristíssima de eclipse total, da moralidade e da inteligência”, enquanto a segunda tinha da história, “a espádua impetuosa de Henrique Dias e a sua verdadeira cor – irradi[ada] na frente iluminada de Luiz Gama” (CUNHA, 1889d, p. 1).

A respeito da Guarda Negra, Euclides da Cunha a considerava uma “parcela mais infeliz da sua raça” e que os negros se libertaram de uma “exploração odiosa, pelo decreto de 13 de Maio”, mas caíram “pelo mesmo decreto noutra exploração”:

Saiu da exploração dos *senhores* para a exploração dos escravos. E criou-se, afirmam, não para atacar, mas para resistir; no entretanto vê-se bem, que de si mesma, ela é um ataque à ordem da sociedade, pela infração flagrante da moral – revestida como está de um caráter escandaloso – o de ociosidade legalizada. (CUNHA, 1889d, p. 1).

Ao abordar o assunto, trazia à tona sua concepção sobre diversas questões que estavam associadas ao problema da Guarda Negra, como sua visão cientificista e evolucionista, tão em voga à época, sobre raça, expressa em

referências vocabulares como: “raça negra, em sua essência nimamente afetiva” e sobre as consequências da Lei de 13 de Maio para os ex-escravizados, que teriam se libertado, conforme seu julgamento, “de uma exploração odiosa”, “mas que haviam caído em outro tipo de exploração – aquela perpetrada por grupos interessados em tirar proveito político da abolição” (CUNHA, 1889d, p. 1).

A Guarda Negra havia assumido, de fato, protagonismo na cena política do Rio de Janeiro no decorrer dos últimos tempos da monarquia, vindo a constituir-se, conforme entendimento de Hendrik Kraay (2019), em uma espécie de monarquismo popular, daí o combate de republicanos como Euclides da Cunha, além de outros militantes do movimento, ao agrupamento integrado por afrobrasileiros.

Para Kraay (2019), o monarquismo popular tentava realizar o encontro entre os membros da realeza e a população afrobrasileira, alavancando a popularidade da Família de Real, algo que incomodava, profundamente, a militância republicana:

O monarquismo popular pós-Abolição se manifestou de diversas formas, desde a Guarda Negra, cujos integrantes defenderam energicamente a Princesa Isabel, às vezes com violência, às manifestações mais pacíficas através das quais certos grupos populares transformaram os rituais cívicos oficiais de 1888 em ruidosas manifestações de apoio popular a D. Pedro II. A proclamação da República foi recebida, não por uma população apolítica, mas com violência e com protestos, que foram logo reprimidos (KRAAY, 2019, p. 159).

O fio condutor dos artigos que compunham a série era o combate republicano, que, no caso particular de Euclides da Cunha, ganhava contornos de revanche, por conta de seu afastamento da Escola Militar pelas autoridades monárquicas. No artigo de 11 de janeiro de 1889, por exemplo, refletia sobre a situação em que se encontrava a “propaganda republicana” naquele instante no Brasil, afirmando tratar-se de movimento firmado “positivamente” em “ideias” que “não morrem”:

O governo republicano – digamo-lo sem temor, é naturalmente aristocrata – os pergaminhos dessa nobreza porém ascendem, numa continuidade admirável, das oficinas às academias. [...] É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por

todos (CUNHA, 1889c, p. 1).

Em seguida, passou ao combate republicano, debatendo a ação dos novos e velhos “antagonistas da propaganda republicana” acusando-os de estarem apegados a “princípios extremamente arbitrários” e presos a “velhos argumentos, gastos – moídos e remoídos pelos prelos de todos os tempos e lugares”. Recorreu à sociologia, a Kant e à biologia para defender o governo republicano e seu sistema de “organização geral da sociedade”, considerado por ele o único capaz de garantir a ordem, o desenvolvimento e o progresso.

Nesta passagem, importa destacar, entre todos os referenciais de leitura de Euclides da Cunha citados ao longo de toda série de artigos, seu conhecimento, ainda que precário e titubante, da sociologia, que, como ciência, encontrava-se em nascedouro: “De mais a sociologia é uma ciência que começa, e portanto incapaz de realizar a previsão no campo dos fenômenos que estuda” (CUNHA, 1889c, p. 1).

Nesse sentido, diante da ainda precocidade científica da sociologia, não era incomum aos intelectuais da época associá-la às ciências naturais para tirarem conclusões baseadas em conceitos como evolução, determinismos, adaptação, organismo. No vácuo de uma explicação sociológica para eventos políticos, lançavam mão de um conhecimento mais bem sistematizado, naquele momento, pelas ciências naturais.

O artigo de 16 de janeiro de 1889 ilustra, de forma mais engenhosa, tal artesanato intelectual. Em uma longa digressão filosófico-científica, Euclides da Cunha desfilou vários vocábulos com os quais combinou biologia e linguagem política, tal como “diagnóstico de uma moléstia assustadora e misteriosa”, “organismo da pátria”, “preceitos de higiene moral”, “deplorável estado patológico” (CUNHA, 1889e, p. 1). Inclusive, citou Descartes, mantendo sintonia com política e biologia, bem ao gosto dos intelectuais brasileiros da época, e concluiu seu texto referindo-se aos trabalhos da Assembleia Provincial paulista, tomados, segundo ele, por uma “epidemia” que havia obscurecido os discursos de Campos Salles e Prudente de Moraes, deputados republicanos e futuros presidentes da República:

Esta epidemia existe, está entre nós – vimo-la ontem ostentadamente, ao entrarmos na sala de sessões da

Assembleia Provincial. Sentimos seus germens destruidores no ambiente, onde pairava, grandiosa e violenta, a vibração da palavra vibrante do dr. Campos Salles. [...] Vimos, claramente, agitarem-se-nos em frente as suas vítimas, revestidas dos movimentos bruscos e inconscientes dos cadáveres impulsionados pela galvanoplastica (CUNHA, 1889e p. 1).

“Anarchia” foi o tema de seu artigo de 18 de janeiro de 1889, em que retomou o espírito de “Revolucionários”, assunto abordado havia um mês. Na ocasião, Euclides da Cunha repudiava a acusação, por parte dos monarquistas, de que os republicanos estavam a colocar a ordem social em risco. Retomou a linguagem do combate republicano para acusar a monarquia e seus defensores de serem os verdadeiros responsáveis pela anarquia em que se encontrava, conforme seu juízo, instalada no “organismo da pátria”, a deteriorar a situação financeira do país e “obscurecendo as noções elevadas de justiça, além de perturbar, lamentavelmente, a serenidade da consciência pública” (CUNHA, 1889f, p. 1).

Para Cunha (1889f, p. 1), os republicanos, ao serem chamados de anarquistas pelos seus opositores monarquistas, não se tratava de injustiça, visto que se assim fossem – os republicanos – seriam igualados à “lógica invencível do pensador mais original do nosso século – Proudhon”. Mas que, a despeito disso, bastava aos opositores monarquistas tratar os republicanos pelo “qualificativo nobilíssimo de – revolucionários”. E fazia proleto positivista ao afirmar:

Na posição em que nos achamos, nivelados pela altitude e nossa ideias à civilização de nosso tempo, inteiramente subordinados às leis que regulam o desenvolvimento natural da sociedade, somos por certo revolucionários, porque a força que a transmitimos ao sistema social, em conflito com a sua deplorável fraqueza – produz naturalmente a perturbação, o desequilíbrio (CUNHA, 1889f, p. 1).

Os usos de vocábulos e conceitos políticos, tais como “anarquistas”, “revolucionários”, dentre outros, tão presentes nos textos de juventude de Euclides da Cunha, deslocados de seus contextos formuladores e conceituais, remetem-nos ao que Reinhart Koselleck (2006) advertia sobre as apropriações das semânticas do político e seus diferentes usos em momentos históricos de conflito, diversos de seu contexto de origem.

Nesse sentido, ao apropriar-se de conceitos deslocados de sua temporalidade de origem e aplicá-los em ocasiões de conflitos, os grupos políticos lançavam mão de estratégias discursivas que faziam todo o sentido para os membros que compartilhavam dos mesmos ideais. Por outro lado, as estratégias de linguagem não estão deslocadas da ação política, conformando, assim, “as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos” (KOSELLECK, 2006, p. 194).

“O advento da República não indicará a vitória de um partido – exprimirá o renascimento de uma sociedade”. Com essa afirmação, Euclides da Cunha, continua a série “Atos e Palavras”, com seu sexto artigo, publicado na edição de 23 de janeiro de 1889. O texto, colado ao vocabulário típico do positivismo-evolucionismo intelectual brasileiro de fins do século XIX, analisa a possibilidade da República no Brasil a partir de expressões como “evolução mental”, “molécula integrante de uma nova sociedade”, “caráter doutrinário de um apostolado”, “sistema geral de princípios”, “desenvolvimento universal da vida”.

Novamente, aqui, nota-se articulação entre concepções biológicas e situações sociais e políticas explicadas por um viés de leitura enviesada na filosofia tão em voga. Nesse sentido, ao defender as posições republicanas, em conjuntura marcada por tantos embates, sobretudo, em São Paulo, Euclides da Cunha afirmou:

A propaganda republicana, theoreticamente, tem antes de tudo o caracter doutrinario de um apostolado; forte e racional, cingida do systema geral de seus principios, tem para impellil-a, a força que se deriva da inteira adaptação destes ás necessidades actuaes; empiricamente, longe de exprimir a actividade de uma facção partidaria é o reflexo , no mundo politico, de um movimento social ou de antes – de uma transformação; como tudo na natureza as nacionalidades se transformam e ella representa o estadio intermedio, de transicção – entre uma decomposição e uma recomposição (CUNHA, 1889g, p. 1).

Por fim, em seu último e derradeiro artigo da série “Atos e Palavras”, e antes de retornar ao Rio de Janeiro, onde pretendia ingressar na Escola Politécnica, Euclides da Cunha, em 24 de janeiro de 1889, repercutiu sobre os episódios envolvendo a conferência republicana de Lopes Trovão, que terminara em confrontos e violências. Segundo ele, os tempos não eram de paz para as “grandes almas revolucionárias e heróicas” e que um “novo Danton” se

fazia necessário para “transmitir ao povo” a palavra e a “melhor orientação” para destruir a “velha sociedade” (CUNHA, 1889h, p. 1).

Três dias depois, em 27 de janeiro de 1889, *A Província de São Paulo*, em pequena nota do noticiário, manifestava seus agradecimentos a Euclides da Cunha pela contribuição jornalística, ao desejar-lhe sucesso em sua carreira de engenheiro:

Segue amanhã para o Rio este talentoso ex-aluno da Escola Militar. O sr. Euclides da Cunha, que vai concluir o seu curso de engenharia na Escola Polytechina, prometeu enviar-nos com regularidade correspondências políticas. As páginas da *Província* já por diversas vezes tem sido honradas com a brilhante colaboração do distinto moço (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 27.01.1889, p. 1).

Após seu interregno paulista, Euclides da Cunha retornou ao Rio de Janeiro, interessado em concluir sua formação acadêmica que, em razão dos fatos do ano de 1889, o fizeram retornar à Escola Militar, onde deu expansão à sua formação em engenharia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides da Cunha, entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889, iniciou a sua trajetória de escritor, que, aliás, poucos anos depois, exatamente em 1902, alcançou o ápice com a publicação de *Os Sertões*, obra fundadora da literatura e cultura brasileiras. Em seus artigos de juventude, já é possível perceber o estilo dramático e de enfrentamento, cuja linguagem é pautada pelo combate antimonárquico e pela influência filosófica de seu tempo, como positivismo, darwinismo e evolucionismo.

Afastado de suas funções no exército havia pouco tempo, devido à sua participação no episódio da baioneta, na Escola Militar, justamente quando estava próximo de ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o jovem ex-cadete manifestou, através da série “Atos e Palavras”, suas convicções políticas, norteadoras de sua trajetória de intelectual.

No universo da produção intelectual de Euclides da Cunha, os escritos jornalísticos de juventude, especialmente a série “Atos e Palavras”, publicados em *A Província de São Paulo*, revelam um escritor que, a despeito de estar em

processo de formação, já era um idealista da causa da República, mas cujos artigos não apresentavam “além de definições vagas e genéricas” (VENTURA, 2003, p. 80-81). Tal qual seus contemporâneos, formados na escola positivista-evolucionista, Euclides da Cunha acreditava que a República somente seria alcançada por meio de uma fatalidade do processo histórico, inevitável e irrefreável. No entanto, os eventos posteriores, dos quais, inclusive, foi protagonista, foram-lhes decisivos para jogar por terra seus idealismos cultivados na juventude.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de “Os Sertões”**. São Paulo: Edart, 1960.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Euclides da. 89. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4128, p. 1, 1 jan. 1889a.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4133, p. 1, 10 jan. 1889b.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4134, p. 1, 11 jan. 1889c.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4135, p. 1, 12 jan. 1889d.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4138, p. 1, 16 jan. 1889e.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4140, p. 1, 18 jan. 1889f.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4144, p. 1, 23 jan. 1889g.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4145, p. 1, 24 jan. 1889h.

CUNHA, Euclides da. A Pátria e a Dinastia. **A Província de São Paulo**, São

Paulo: Ano XIV, n. 4119, p. 1, 22 dez. 1888a.

CUNHA, Euclides da. Revolucionários. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XIV, n. 4124, p. 1-2, 29 dez. 1888b.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre euclides da cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 141-175, jan/abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752019000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PhJMYwJB8psrd6g7Jy77jJg/#>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, A. São Paulo, ano XV, n. 4147, p.1, 27.01.1889.

TROVOADA ... militar. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XIV, n. 4079, p. 1, 6 nov. 1888a.

TROVOADA ... militar. **A Província de São Paulo**. São Paulo, ano XIV, n. 4080, p. 1, 7 nov. 1888b.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 01/03/2024

Aprovado para publicação 31/07/2024